

Estado deve ter fim social, afirma Diniz

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A transformação do Estado brasileiro, de modo a reduzir a excessiva participação estatal na economia empresarial, orientando-a para fins sociais, sob fiscalização do Congresso Nacional, é um dos principais desafios para a sociedade e o governo nos próximos anos, afirmou ontem, no Rio, o presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, em palestra na Escola de Guerra Naval. Essa transformação, segundo Diniz, deve ser articulada com o pleno restabelecimento da ordem democrática, o que exigirá "uma democratização de toda a gestão econômico-financeira do País".

Em entrevista logo após a sua palestra, Abílio Diniz fez duras críticas ao ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e considerou "imperdoável que o ministro tenha deixado de lutar por novos recursos externos para o Brasil em 1985". Segundo o empresário, "é compreensível que os banqueiros não queiram emprestar dinheiro novo, mas o ministro não tem o direito de deixar de lutar por ele". Para Diniz, "o aporte de novos recursos é indispensável se não quisermos ficar sujeitos a possíveis imprevistos e à queima das reservas já acumuladas".

Na palestra sobre "O Estado Moderno e a Iniciativa Privada", o empresário discorreu sobre os desafios que a sociedade brasileira e o governo terão de enfrentar nos próximos anos: o crescimento equilibrado, o saneamento financeiro, a questão social, o combate à inflação e a transformação do Estado.

Prioridades

O empresário destacou que, entre esses desafios, dois merecem atenção prioritária: a forma de intervenção do Estado na economia e a orientação que deverá ser dada à questão social. "Embora as discussões políticas ainda estejam em fase embrionária, estou absolutamente seguro de que o País reúne hoje as condições sociais e políticas para a consagração de um novo pacto político, onde uma clara divisão de tarefas entre o setor público e a iniciativa privada assume caráter fundamental", afirmou.

"A economia brasileira", frisou Diniz, "já atingiu um avançado estágio de desenvolvimento industrial, que dispensa a necessidade de investimentos estatais na área produtiva, liberando assim o Estado para uma atuação mais vigorosa na área social". O empresário apresentou sua proposta de transformação do Estado brasileiro, com base na limitação



Foto Fernando Bueno - Telefoto Estado
Empresário criticou Galvães

estatal "de modo a ampliar o espaço de atuação da iniciativa privada e com a incursão do Estado nesse espaço condicionada à prévia autorização do Congresso Nacional".

Quanto à democratização econômico-financeira, o empresário disse que ela deve ser garantida por mecanismos tais como a incorporação das despesas com subsídios e com giro da dívida pública no orçamento fiscal e a separação entre Banco Central e Banco do Brasil; reforma tributária que garanta divisão mais equitativa de receitas e despesas fiscais entre os três níveis de governo; criação de um Conselho Nacional de Economia diretamente subordinado à Presidência da República, composto de membros representativos da sociedade, inclusive do Poder Legislativo, para aconselhar e intervir no destino da política econômica; reformulação do Conselho Monetário Nacional; criação de grupos setoriais de planejamento para áreas econômicas estratégicas; e ampliação da participação da sociedade civil nos conselhos de administração das empresas estatais.

QUESTÃO SOCIAL

Assinalando que a oferta atual de emprego é 25% inferior à de 1980, Diniz considerou prioritário recuperar os níveis de emprego em conformidade com o crescimento equilibrado, por meio de um programa de emergência de obras públicas, incentivo aos setores de mão-de-obra intensiva, e mudanças na legislação trabalhista que estimulem as contratações, e, sobretudo, a orientação do Estado para maior atuação social, além da ampliação da oferta de alimentos.